



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
TÉCNICA PERMANENTE DE BIODIVERSIDADE.**

Ao terceiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 139ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com início às 14 horas e com a presença dos seguintes representantes: Sra. Taiana Ramidoff, representante da SEMA; Sr. Daniel Teixeira, representante do Corpo Técnico FEPAM; Sra. Marion Heinrich, representante da FAMURS; Sra. Paula Hofmeister, representante da FARSUL; Sr. Gabriel Ritter, representante da FEPAM; Sr. Tiago Pereira, representante da FIERGS; Sr. Fabricio Azolin, representante da SEAPI; Sr. Ivo Lessa, representante da SERGS; Sr. Giovane da Silva, representante do SINDIÁGUA; Sr. Róger Pozzi, representante da SEDEC; Sr. Cap. Luis Suzin, representante da SSP; Sra. Katiane Roxo, representante da FECOMÉRCIO. Participaram também os seguintes representantes: Sr. Diogo Heck/SEMA; Sra. Camila Netto/FIERGS. Após a verificação de quórum foi dado início a reunião às 14h05m. **Passou-se para o 1º item de pauta: Aprovação da Ata 43ª Reunião Extraordinária – conforme anexo;** Sra. Taiana Ramidoff/SEMA – Presidente pergunta se podem dispensar a leitura da ata e, com concordância dos demais, abre para manifestações. Não havendo, coloca em votação a aprovação da Ata 43ª Reunião Extraordinária. **APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se para o 2º item de pauta: Apresentação do Relatório de Análise do Componente Conectividade e Permeabilidade produzido pelo GT instituído no âmbito da CTP BIO – conforme anexo;** Sra. Taiana Ramidoff/SEMA – Presidente inicia sua fala confirmando que o segundo ponto da pauta é a apresentação do relatório de análise do componente conectividade e permeabilidade, produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído no âmbito da CTP BIO durante a 43ª reunião. Menciona que o grupo de trabalho foi formado após a resolução do CONSEMA, que atualizou o ZAS no ano passado e que o GT se reuniu aproximadamente oito vezes entre novembro do ano anterior e agosto deste ano, com uma pausa devido às enchentes no RS. Expressa que o objeto da análise foi o estudo da Ideal Meio Ambiente, intitulado "Diagnóstico da Permeabilidade da Paisagem em Áreas de Conectividade Campestre para Zoneamento Ambiental da Silvicultura", datado de outubro de 2021. Informa que o grupo contou com a participação da SEMA, FEPAM, IBAMA, MP, SERGS, FIERGS, FARSUL e Ingá, além de convidados como a AGEFLOR, SINDIMADEIRA, a Frente Parlamentar da Silvicultura, e representante do cadastro de florestas plantadas/SEAPI. Finaliza solicitando que o Sr. Diogo Heck/SEMA contribua com a explicação da estrutura e dinâmica das reuniões, bem como o processo de consolidação do relatório final. Sr. Diogo Heck/SEMA inicia sua fala explicando a dinâmica dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído na Câmara Técnica Permanente (CTP) de Biodiversidade, ressaltando que o GT foi criado para discutir uma proposta de metodologia que substituiria o critério estabelecido na concepção do ZAS, em 2008/2009 onde esse critério envolvia o tamanho e distanciamento entre maciços florestais como determinantes para a viabilização de empreendimentos. Menciona que, na época da criação do GT do ZAS, não existia uma referência técnica consolidada, o que levou à construção de uma metodologia pelos colaboradores envolvidos, resultando nos critérios adotados desde 2009 no processo de licenciamento. Informa que com o avanço dos estudos e a aplicação da metodologia chamada "Circuitscape", que analisa a dinâmica do ambiente e as interações entre os componentes do ecossistema, surgiu a necessidade de revisar esses critérios, especialmente para os ambientes campestres do Bioma Pampa no estado. Explica que, devido às divergências nas manifestações das entidades envolvidas, o

CONSEMA remeteu a análise da nova metodologia para a Câmara Técnica de Biodiversidade e que foi composto um GT específico, com a participação de diversas partes interessadas, para avaliar a viabilidade da aplicação dessa nova metodologia em substituição aos critérios vigentes. Informa que durante as primeiras reuniões, houve um processo de desconstrução da metodologia proposta, onde cada membro do GT apresentou seus pontos de vista, tanto críticos quanto favoráveis e expressa que esse processo foi fundamental para que todos compreendessem as diferentes perspectivas. Destaca que, após intensas discussões, começou a surgir um consenso, levando à criação de uma matriz de criticidade que ajudou a sistematizar os aspectos críticos da metodologia. Comenta que o GT realizou um trabalho de aperfeiçoamento da metodologia, discutindo tópico a tópico os aspectos levantados, e as partes envolvidas começaram a ceder em alguns pontos, permitindo uma convergência de ideias e elogia a participação ativa do IBAMA, da FEPAM, do MP e de outras entidades, que contribuíram para o aprofundamento das discussões. Menciona que o trabalho do GT foi temporariamente interrompido pelas enchentes no RS, mas que isso permitiu uma reflexão mais aprofundada dos membros sobre os critérios discutido e que na última reunião, foi encaminhada uma proposta de redação para o relatório final, que foi consolidado em um documento sintético, representando o consenso alcançado no grupo. Finaliza sua fala apresentando as conclusões do GT, que reconhece a viabilidade da metodologia proposta, mas ressalta que precisa incorporar mais critérios e aspectos para ser efetivamente aplicada com segurança e robustez no processo de licenciamento ambiental e sugere que o documento seja analisado ponto a ponto pela CTP BIO, ou que se discuta sobre ele caso todos já tenham se apropriado do conteúdo. Sr. Cap. Luis Suzin/SSP informa que a maior preocupação da SSP é a questão do licenciamento, e que a grande dificuldade avaliada trata-se do que se está previsto dentro da licença e expressa não saber até onde foi aprofundado o assunto e ressalta que deveria haver mais aprofundamento nos termos. Sr. Diogo Heck/SEMA destaca que o processo de licenciamento ambiental é muito maior, e expressa que o ZAS é apenas uma das ferramentas. Ressalta que o ZAS é estruturado por dois fatores, um sendo a restrição hídrica, que não é pauta da reunião e informa que o outro fator é o parâmetro é o tamanho de distanciamento entre maciços, e menciona que essa metodologia é o objeto de avaliação do GT em questão. Destaca também que uma das questões que o GT do ZAS concluiu que seria preciso tornar a metodologia mais objetiva, no sentido de entregar uma espécie de mapa, onde todos os demais pudessem enxergar de fato se há ou não viabilidade para silvicultura. Sr. Cap. Luis Suzin/SSP ressalta que acredita que o texto já engessa a não expansão, pois já há um limite. Sr. Diogo Heck/SEMA informa que houveram muitas dúvidas sobre o processo e que por isso precisaram analisar a metodologia de forma detalhada, para que pudesse ser trazido uma proporção de melhoria. Ressalta que foi um trabalho muito técnico. Sr. Diogo Heck/SEMA ressalta que fizeram todas as melhorias necessárias para que fosse possível a aprovação do CONSEMA. Sra. Marion Heinrich/FAMURS pergunta se deve ser então devolvido ao CONSEMA, e que se o setor quiser, devem aprimorar então a metodologia. Sr. Tiago Pereira/FIERGS ressalta que o CONSEMA demandou uma análise para saber se a metodologia, o tamanho de distanciamento de maciços, seria eficaz e se poderiam ser aplicados na segunda parte de análise. Menciona que foram cerca de um ano discutindo sobre o assunto, e que o pedido do CONSEMA era de que deveriam analisar para saber se a metodologia seria apropriada, e que agora podem validar na plenária, para que possam internalizar e fazer os ajustes presentes no parecer. Manifestaram-se com dúvidas e esclarecimentos os seguintes representantes: Sra. Taiana Ramidoff/SEMA; Sr. Ivo Lessa/SERGS; Sr. Diogo Heck/SEMA; Sra. Marion Heinrich/FAMURS; Sr. Tiago Pereira/FIERGS; Sr. Roger Pozzi/SEDEC; Sra. Camila Netto/FIERGS; Sr. Fabrício Azolin/SEAPI e Sr. Gabriel Ritter/FEPAM. Sra. Taiana Ramidoff/SEMA coloca em votação o encaminhamento do relatório a plenária do CONSEMA. **APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se para o 3º item de pauta: Assuntos Gerais;** Sr. Roger Pozzi/SEDEC ressalta o trabalho bem feito da equipe e elogia a coordenação da Sra. Taiana Ramidoff/SEMA e do Sr. Diogo Heck/SEMA. Sra. Taiana Ramidoff/SEMA agradece a todos pela participação e dedicação. Não havendo mais nada a ser tratado, encerrou-se a reunião às 14h54m.



CONSEMA / CTPBio / GT ZAS

RELATÓRIO DE ANÁLISE DO COMPONENTE CONECTIVIDADE E PERMEABILIDADE

A partir da deliberação exarada no Art. 3º da Resolução CONSEMA nº 498/23, foi instaurado Grupo de Trabalho Técnico específico, no âmbito da CTP de Biodiversidade do CONSEMA-RS para tratar das questões dos tamanhos e distanciamentos entre maciços silviculturais e dos parâmetros de conectividade e permeabilidade entre os ambientes naturais, relacionados à atividade de silvicultura, especialmente os plantios comerciais de essências florestais exóticas.

Foi objeto de análise a proposta de substitutivo ao critério de distanciamento e tamanho de maciços produzida pela empresa Ideal Meio Ambiente, intitulado *Diagnóstico da permeabilidade da paisagem e áreas de conectividade campestre para zoneamento ambiental da silvicultura – Relatório Técnico – Out/2021*.

Após a realização de 8 (oito) reuniões de trabalho com as partes que compuseram o GT: SEMA, FEPAM, IBAMA, MP, SERGS, FIERGS, FARSUL, INGÁ e como convidados AGEFLOR, Sindimadeira, Frente Parlamentar da Silvicultura e representante do Cadastro de Florestas Plantadas/SEAPI, onde se debateram os mais diversos aspectos relacionados à atividade de silvicultura e ao diagnóstico, com as partes apresentando posicionamentos diversos em relação à metodologia em debate, **chegou-se à conclusão de que a metodologia de análise de conectividade e permeabilidade é válida, no entanto necessita que sejam incorporados critérios e variáveis que complementem o modelo, de forma a qualificar o estudo.**

Sendo assim, neste relatório, passa-se a discorrer sobre os pontos pautados nas reuniões técnicas e as conclusões que o GT ZAS exarou a partir das discussões, conforme segue:

a) Considerações e conclusões sobre o diagnóstico realizado:

O GT ZAS identificou aspectos que devem ser incorporados ao estudo de conectividade e permeabilidade de forma a aprimorar os modelos que estabeleçam redes condutoras de biodiversidade a partir da inclusão de variáveis nas áreas prioritárias para conservação.

Considerar as diferentes fitofisionomias da paisagem na análise territorial, especialmente no Bioma Pampa, levando em consideração principalmente as áreas de formações arbórea e arbustiva, que, por apresentarem características essencialmente florestais, foram consideradas de baixa permeabilidade no estudo realizado.

Outro aspecto identificado é a necessidade de realização de ajustes nas métricas de análise de acordo com a disponibilidade de dados e informações específicos para ambientes característicos,

sendo possível refinar a análise e determinar índices médios por UPN, inclusive incluindo os atributos elencados no âmbito do GT como imprescindíveis para qualificação da metodologia.

Também se sugere que as ponderações utilizadas nas métricas para as áreas de produção silvicultural sejam reavaliadas de forma que não sejam consideradas com o mesmo critério das florestas nativas para composição do critério de permeabilidade e conectividade.

b) Contribuições propostas para o processo de licenciamento ambiental:

Com o desenrolar das discussões, diversas contribuições foram elencadas e analisadas, considerando-se que sua incorporação ao processo de gestão ambiental da atividade deveria ser realizada por meio de diretrizes ambientais específicas, sendo elencadas a seguir:

- É recomendada a criação de diretrizes específicas por Unidade de Paisagem Natural (UPN) para os grupos de espécies ou espécies em que há disponibilidade de estudos científicos que avaliam os impactos da atividade de silvicultura sobre estas, estabelecendo parâmetros a serem observados pelos empreendimentos nas áreas de ocorrências dessas espécies, especialmente quando da identificação prévia ou nos estudos ambientais específicos.

- Recomenda-se ainda, avaliar a utilização como parâmetros mínimos de distanciamento entre plantios e/ou de áreas sensíveis (campos rupestres, áreas com espécies endêmicas e/ou ameaçadas de extinção) as referências bibliográficas disponíveis quanto aos impactos negativos de plantios de silvicultura sobre espécies da fauna e/ou flora nativas.

c) Recomendações para qualificação da gestão ambiental:

Além dos aspectos pertinentes ao diagnóstico analisado, ao longo das discussões desenvolvidas, o GT elencou uma série de proposições relacionadas a ações, estudos e análises consideradas imprescindíveis de serem desenvolvidos e disponibilizados para agregar aos processos de tomada de decisão sobre o arranjo produtivo da atividade de silvicultura, os quais são elencados a seguir:

- Necessidade de estabelecer normativamente, definições técnicas de conceitos, critérios e classificações para o que tem sido chamado de campos nativos antropizados e sua diferenciação das áreas de campos nativos, com objetivo de dar segurança às análises ambientais realizadas em todas as esferas de incidência;

- O Estado deve providenciar a compilação, tratamento e disponibilização em uma base de dados integrada, contemplando os resultados dos estudos e monitoramentos realizados ao longo do período de vigência do ZAS, no rito do planejamento e do licenciamento ambiental dos empreendimentos de silvicultura;

- A criação de uma base de dados única incluindo as áreas de silvicultura licenciadas e as de pequeno porte, para as quais a legislação exige apenas o cadastro. Destaca-se que durante as reuniões foi apresentada a situação atual do cadastro de pequenos plantios ficando clara a sua deficiência em relação à espacialização/localização dos plantios.

Por fim, destaca-se que as considerações que foram apresentadas ao longo do GT, estão disponíveis no link: [GT ZAS CTPBio](#). Gravações das reuniões e o resultado da consulta pública encontram-se disponíveis e podem ser requisitadas à Secretaria Executiva do CONSEMA.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2024.

TAIANA ANDRADE RAMIDOFF

Presidente da Câmara Técnica de Biodiversidade do CONSEMA RS

Coordenadora do GT